



## A HOMOSSEXUALIDADE ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Frâncio Costa Simão<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho apresenta um ensaio teórico e bibliográfico de algumas obras que retratam marcos históricos sobre a homossexualidade entre os povos indígenas no Brasil, fundamentando-se em alguns estudiosos como Mott (1986), Foucault (1988), Giddens (1993), Grossi (1995) e Bauman (2005). Assim, fez-se necessárias reflexões e discussões sobre este tema que durante séculos é abordado de forma tímida, mas com bastante impacto na sociedade, principalmente quando se refere aos povos tradicionais, os quais possuem fortes raízes históricas que se fazem presente em seu modo de vida, e ainda assim enfrentam algumas dificuldades aos movimentos relacionados aos direitos humanos, homossexualidade, movimentos de Lésbicos, Gays, Bissexuais e Travestis – LGBT, além de ainda não haver participação efetiva de índios que discutam sobre homossexualidade. Dessa maneira a natureza de pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, baseando-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. Foucault (1988), menciona em sua obra História da sexualidade, que entre os povos antigos a homossexualidade era encarada com normalidade, pois representava uma evolução da sexualidade, presente na Grécia e no império Romano. Vecchiatti (2008) em seu Manual da Homoafetividade, diz que no Brasil, a homossexualidade também era aceita pelas tribos indígenas tal como ocorria nos povos antigos da Europa, havendo pequenas diferenças de tribo para tribo, de acordo com os costumes e suas crenças.

**Palavras-chave:** Gênero; homossexualidade; Povos Indígenas

### 1. Apresentação

Este trabalho, trata-se de um ensaio bibliográfico onde elaboro algumas reflexões sobre alguns Marcos históricos que relatam a homossexualidade entre os povos indígenas no Brasil. Para isso, este estudo fundamenta-se em alguns pensamentos de autores como Foucault (História da sexualidade I: a vontade de saber), Bauman (Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi), Giddens (A transformação da intimidade, sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas), Hall (A identidade cultural na pós-modernidade), Mott (Escravidão e Homossexualidade), Grossi (Identidade de Gênero e Sexualidade) entre outros que serão abordados neste trabalho.

Atualmente, faz-se necessárias reflexões e discussões sobre este tema que durante

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pelo Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



séculos é abordado de forma tímida, mas com bastante impacto na sociedade, principalmente quando se refere aos povos tradicionais, os quais possuem fortes raízes históricas que se fazem presente em seu modo de vida. Dessa maneira, faz-se o seguinte questionamento: **Qual(is) o(s) marco(s) histórico(s) da homossexualidade entre os povos indígenas no Brasil?**

Este trabalho justifica-se em buscar refletir sobre a história da homossexualidade indígena no Brasil. Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, havia cerca de 896,9 mil indígenas, sendo identificadas 305 etnias, a qual destaca-se a Tikúna, com 6,8% da população indígena concentrada principalmente na região Norte.

Os Povos Indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 342,8 mil, e o menor no Sul, 78,8 mil. Do total de indígenas no País, 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Dessa forma, verifica-se uma população expressiva e com dominância na região. No entanto, ainda assim enfrentam algumas dificuldades enquanto aos movimentos relacionados aos direitos humanos, homossexualidade, movimentos de Lésbicos, Gays, Bissexuais e Travestis – LGBT, além de ainda não haver participação efetiva de índios que discutam sobre a Teoria *Queer*<sup>2</sup>, a qual dá-se de forma tímida, com pesquisas insuficientes referente a identidade de gênero dos povos tradicionais locais.

Corroborando com este pensamento, Bauman (2005), diz que existem comunidades de vida e de destino, cujos membros vivem juntos numa ligação absoluta, e outras que são fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios. Sabe-se que estes assuntos, em muitas aldeias indígenas, proíbem discursos e até mesmo estudos voltados a homossexualidade, uma vez que os líderes e a comunidade rejeitam índios que apresentem comportamentos homossexuais que se difere das tradições e costumes vivenciados na aldeia.

---

<sup>2</sup> Teoria criada nos EUA em departamentos de filosofia e crítica Literária no fim da década de 1980, por Teresa de Lauretis, da Universidade de Califórnia empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar esse empreendimento com os estudos gays e lésbicos, e, em termos políticos, logo o termo *queer* – um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, passou a ser utilizado em referência a movimentos críticos aos de caráter assimilacionista, sendo vista como um dispositivo histórico do poder que insere o sexo em Sistemas de unidade e regulação social.



No entanto, percebe-se o crescimento de homossexuais em aldeias indígenas, estes por sua vez apesar da não aceitação familiar, buscam formas de manifestar seus desejos e condição sexual, porém o preconceito e a exclusão destes, hipoteticamente são fatores que influenciam os mesmos em buscar uma liberdade, uma independência, favorecendo o seu empoderamento.

## 2. Raízes Históricas da Homossexualidade

Foucault (1988), menciona em sua obra História da sexualidade, que entre os povos antigos a homossexualidade era encarada com normalidade, pois representava uma evolução da sexualidade, presente na Grécia e no império Romano.

Vecchiatti (2008) em seu Manual da Homoafetividade, diz que no Brasil, a homossexualidade também era aceita pelas tribos indígenas tal como ocorria nos povos antigos da Europa, havendo pequenas diferenças de tribo para tribo, de acordo com os costumes e suas crenças. Este cenário somente foi modificado com a influência da moral judaico-cristã, que acarretou na perseguição da prática homossexual no país, trazendo penalidades desumanas.

A postura homofóbica continuou a crescer, e durante o século XVII, o capitalismo expandiu-se, e o amor entre pessoas do mesmo sexo passou a incomodar o sistema capitalista, além de ser encarado como doença (VECCHIATTI, 2008). Na segunda metade do século XX, com a chamada pós-modernidade, o machismo foi abrindo espaço para a valorização da família, onde cada um de seus membros passa a ser tratado com dignidade. Ou seja, cada vez mais atitudes como agressão, a falta de respeito, o preconceito era considerado inaceitáveis.

A partir daí os homossexuais foram a “luta” pelo reconhecimento de seus direitos, bem como o respeito dos seus sentimentos, buscando sua identidade. Em outras palavras, busca-se a despatologização do Homossexualismo para a homossexualidade.

Pensar sobre as relações entre gênero na Amazônia brasileira atual e passada, é permanecer em constantes indagações, é buscar acompanhar as transições paradigmáticas



societárias, é fundamentar-se para construções de pensamentos e olhares críticos diante a pós modernidade.

Segundo Santos (2002), “uma das fraquezas da teoria critica moderna, foi não ter reconhecido que a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável”, consubstancialmente não há conhecimento em geral, tal como não há ignorância em geral.

Assim, estudos sobre gênero, sexo, e sexualidade, diferente de outras mais “estáveis” das ciências sociais, vêm sendo realizados desde as primeiras décadas do século XX, isso devido a vida real, ser ágil, inovadora e transformadora, a qual os “intelectuais” ainda assim não têm conseguido acompanhar.

Questões da sexualidade, e estudos voltados aos movimentos sexuais, como o de “gays”, incluindo a diversidade entre homossexuais masculinos e femininos, por seu ativismo e presença impactante no mundo são assuntos limitados a discussões e estudos científicos.

Discursões a cerca desta temática são apresentadas e vivenciadas no dia-a-dia de diferentes povos, sejam brancos, pretos, imigrantes e até mesmo indígenas. Fazendo-se necessário compreender a sua identidade cultural, apresentando-lhes meios de orientação durante o processo de descoberta, aceitação e emancipação de sua identidade.

### **3. Movimento Gay no Brasil**

O Movimento gay começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980. Não somente o movimento gay, mas outros grupos sociais nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. (UNESCO, 2007)

Grossi (1995), menciona que com o fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos, possibilitando sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderia ser celebrada sem restrições.

A consciência de que a luta era árdua e que passava pela desconstrução dos parâmetros da homossexualidade, com seus consequentes tabus, e pela construção de identidade mais positivas, embasadas na valorização da auto-estima, da auto-imagem e do auto-conhecimento de seus integrantes.

Conforme a Unesco (2007), “o movimento gay teve um novo desenvolvimento no mundo e no Brasil, principalmente após o advento da AIDS. Hoje já somam grupos organizados em toda região do Brasil”.

Atualmente, o movimento gay vem constituindo-se como espaço de extrema importância na busca por direitos, por visibilidade, por emancipação e por justiça, onde o objetivo do movimento é a construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo, pensando assim em políticas das identidades, não somente as identidades homossexuais, mas toda as identidades que dizem respeito e se relacionam com ela, seja as identidades de gênero ou aquelas vinculadas a orientação sexual, podendo ser entendidos também como espaços educativos. (GROSSI, 1995, P.14)

O respaldo para esta afirmação está nas palavras de Santos (2002), que entende a educação como campo de criação das “subjetividades paradigmáticas”, ou seja, local em que o pensamento crítico independente, de transformação emancipatória, pode e deve ocorrer.

Giddens e Foucault são alguns dos autores que demonstram como a nossa sociedade se foi constituindo, desde a modernidade, como uma sociedade de alta reflexividade. Dessa forma suas principais características são “o caráter ‘aberto’ da auto-identidade” e a natureza reflexiva do corpo” (GIDDENS, 1993).

Isso significa dizer que, para os grupos que estão lutando para se libertar de classificações preconceituosas e de identidades cristalizadas, a questão “Quem sou eu” toma uma importância contínua. Como nos lembra Boaventura Santos, quem questiona sobre sua identidade está questionando o seu lugar no mundo e o lugar dos outros.

A intimidade é, principalmente, uma questão de comunicação emocional entre os homens e com cada um individualmente, como argumenta Giddens (1993). Dessa forma,



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



a intimidade é concebida como um palco de luta política constituindo-se como projeto de emancipação. Sendo que a emancipação e autonomia caminham juntas nessa luta, já que a autonomia é o pré-requisito para a elaboração do projeto de emancipação.

Fazer reflexões e promover discussões voltados aos movimentos “gays”, é pensar em diversas singularidades, bem como analisar diferentes contextos e comunidades, as quais estes estejam inserido. Assim, pouco são estudos ou pesquisas voltadas a homossexualidade principalmente aos povos indígenas, uma vez que estes possuem dominância em solo amazônico. No entanto, relatos, reportagens surgem de forma tímida na sociedade. Segundo a Agência Folha (2008) a repórter Kátia Brasil, publicou uma reportagem intitulada “Índios gays são alvo de preconceito no Amazonas”:

Entre os índios ticuna, a etnia mais populosa da Amazônia brasileira, um grupo de jovens não quer mais pintar o pescoço com jenipapo para ter a voz grossa, como a tradição manda fazer na adolescência, nem aceita as regras do casamento tradicional, em que os casais são definidos na infância. Esse pequeno grupo assumiu a homossexualidade e diz sofrer preconceito dentro da aldeia, onde os gays são agredidos e chamados de nomes pejorativos como “meia coisa”. Quando andam sozinhos, podem ser alvos de pedras, latas e chacotas. Três ticuna da aldeia Umariçu 2, na região do Alto Solimões, em Tabatinga (1.105km de Manaus), contaram para a Folha como é a vida dos homossexuais indígenas na fronteira com a Colômbia e o Peru [...]. Marcenio Ramos Guedes, 24, e seu irmão, Natalício, 22, pintam o cabelo e as unhas e fazem as sobrancelhas. Trabalham como dançarinos em um grupo típico ticuna que se apresenta nas cidades da região. Marcenio diz que brigava muito com o pai e que saiu de casa aos 15 anos. “Fui para Tabatinga trabalhar como ‘empregada doméstica’. Eu fazia comida, passava roupa, lavava.” Ao voltar para casa, uma construção de madeira com dois cômodos, onde mora com quatro dos sete irmãos e os pais, Marcenio resolveu cuidar dos afazeres domésticos. O grupo de dança foi criado em 2007, com apoio da família. “Não sofro discriminação por dançar, todo mundo respeita, assiste. Sofro preconceito de outros jovens na aldeia. Se falo alguma coisa, querem me bater, jogar pedra, garrafa”. Natalício diz que tem medo de andar sozinho. “Vou sempre com um colega”, afirma [...]. O cientista social e professor bilíngue (português e ticuna) de história Raimundo Leopardo Ferreira afirma que, entre os ticunas, não havia registros anteriores da existência de homossexuais, como se vê hoje. Ele teme que, devido ao preconceito, aumentem os problemas sociais entre os jovens, como o uso de álcool e cocaína. “A homossexualidade é uma coisa que meus avós falavam que não existia”, afirmou.

#### 4. Homossexualidade Indígena no Brasil

A homossexualidade indígena aparece de múltiplas formas em diversas fontes desde o início da colonização do Brasil. De acordo com Mott (1986), em alguns de seus textos sobre história da homossexualidade no Brasil. Esse autor indica a existência dos termos *tibira*<sup>3</sup> e *çacoaimbeguira* para referir-se aos índios gays e às índias lésbicas<sup>4</sup>, respectivamente.

Amantino (2011), em um esforço mais recente de sistematização dessa literatura, aponta que já em 1551 o padre Pero Correia indicava entre os hábitos dos indígenas na atual região de São Vicente (SP) o gosto pelo “pecado contra a natureza” e o fato de haver, “entre as índias algumas que não só pegavam em armas, mas também realizavam outras funções de homens e eram casadas com outras mulheres. Chamá-las de mulheres era, segundo ele, a maior injúria que lhes poderia fazer”.

A mesma autora aponta que Gabriel Soares de Sousa também comenta na segunda metade do século XVI sobre os “pecados sexuais indígenas” e a prática, entre os Tupinambá, do “pecado nefando, entre os quais não se tem por afronta; e o que serve de macho se tem por valente, e contam essa bestialidade por proeza”. Igualmente interessantes é a menção, trazida pela autora, a partir de relato de Pero de Magalhães Gandavo (1576):

Citou o caso de algumas índias que decidiram não ter relações sexuais com homens. Isso seria, na visão do religioso, uma boa decisão, pois estaria de acordo com a ideia cristã de castidade. O grande problema era que essas índias apenas não aceitavam ter relações com homens, ainda que fossem mortas. A escolha e interesse delas eram por mulheres. Elas se dedicavam às tarefas masculinas, ‘como se não fossem fêmeas’. Continuava o padre afirmando que elas cortavam os

<sup>3</sup> A expressão advém de *tevi* (e suas possíveis variações), palavra que os povos de línguas Tupi-Guarani da região usam para referir-se às nádegas (CANESE, 2000).

<sup>4</sup> Sempre que possível, farei uso dos mesmos termos utilizados pelas fontes. Como já assinali, algumas dessas expressões – como “sodomita” e “berdache”, por exemplo –; compreendidas aqui como chave interpretativa do fenômeno a que nos propomos refletir, serão devidamente trabalhadas ao longo deste texto. Como já foi apontado, de modo geral os etnólogos, cronistas e missionários que abordam o tema não problematizam a questão nem a inserem, via de regra, no corpus cosmológico ameríndio. Além disso, via de regra esses autores não fazem maiores distinções em se tratando de terminologia, utilizando-se de “sodomia”, “nefando”, “homossexualidade”, “berdache” etc., como se fossem termos sinônimos ou intercambiáveis, sem maiores problematizações. Se, por um lado, tal imprecisão oferece um problema ao pesquisador no que diz respeito à comparação e à análise, por outro, fornece uma outra possibilidade analítica, por colocar em questão o lugar de enunciação dessas fontes.

cabelos da mesma maneira que os machos, iam às guerras com seus arcos e flechas e caçavam sempre na companhia deles. Para completar, cada uma tinha uma mulher que a servia e com quem dizia ser casada. Concluía o padre que ‘assim se comunicam e conversam como marido e mulher’.

O caso do “índio Tibira do Maranhão”, apontado por Mott (1986) a partir do relato escrito pelo padre capuchinho francês Yves D’Evreux intitulado *Viagem ao Norte do Brasil (1613-1614)* (*Voyage au nord du Brésil fait en 1613 et 1614*) é especialmente emblemático nesse sentido. No capítulo XXV de seu texto (“Dos caracteres incompatíveis entre os selvagens”) escreve o padre que,

Ha em Juniparan, na Ilha, um hermaphrodita, no exterior mais homem do que mulher, porque tem a face e voz de mulher, cabelos finos, flexíveis e compridos, e contudo casou-se e teve filhos, mas tem um gênio tão forte que vive porque receiam os selvagens da aldeia trocar palavras com ele. (D’EVREUX, 1874)

Neste capítulo (D’Evreux, 1874) escreve o capuchinho que “um pobre índio, bruto, mais cavalo do que homem” teria fugido para o mato, por haver ouvido que os franceses “o procuravam e aos seus semelhantes para mata-los e purificar a terra de suas maldades” através da “santidade do Evangelho, da candura, da pureza e da clareza da Religião Católica Apostólica Romana”. Foi apanhado, amarrado e trazido ao Forte de São Luís, onde “deitaram-lhe ferros aos pés” e vigiado, até que chegassem os “principais” de outras aldeias para assistir seu processo. Após ser condenado pediu para ser batizado, ocasião na qual um dos “principais”, chamado Karuatapiran (“Cardo vermelho”) teria lhe proferido as seguintes palavras:

Morres por teus crimes, aprovamos tua morte e eu mesmo quero pôr fogo na peça para que saibam e vejam os franceses, que odiamos tuas maldades [...]: quando Tupã mandar alguém tomar seu corpo, si quizeres ter no seu os cabelos compridos e o corpo de mulher antes do que o de um homem, pede a Tupã, que te dê o corpo de mulher e ressuscitarás mulher, e lá no céu ficarás ao lado das mulheres e não dos homens. Ao fim, levaram o condenado junto da peça montada na muralha do Forte de S. Luiz, junto ao mar, amarraram-no pela cintura a boca da peça e o Cardo vermelho lançou fogo á escorva, em presença de todos os principais, dos selvagens e dos franceses, e imediatamente

a bala dividindo o corpo em duas porções, caindo uma ao pé da muralha, e outra no mar, onde nunca mais foi encontrada. (D'EVREUX, 1847)

Outra descrição publicada no século XIX é a registrada por Couto de Magalhães quanto à existência, entre os Chambioá, de um grupo de homens dedicados a servir sexualmente a outros:

Tomemos agora um outro tipo mais severo ainda que o Guató, e na bacia do Amazonas, o Chambioá. Os Chambioás com os Carajas, Curajahis e Javaés, formam uma só nação, com sessenta ou oitenta aldeias espalhadas à margem do rio Araguaia, desde o furo Bananal até as Intaipabas (itaypabe, água que corre sobre pedregal), o que mede uma extensão de 120 a 125 léguas, e com uma população de cerca de sete a oito mil indivíduos. Entre esses índios há dois factos minimamente curiosos nas instituições que regulam as relações do homem com a mulher. O primeiro d'estes é o haver nas aldeias homens destinados a serem *virii viduarum*. Esses indivíduos não têm outro mister; são sustentados pela tribo, e não se entregam, como os outros, aos exercícios das longas viagens e peregrinações, que todos fazem anualmente, embora revessando-se. Esta singular casta, sustentada pelos outros, despertou-me a curiosidade; e tendo eu pela primeira vez notado o facto em umas aldeias, cujo capitão era homem muito inteligente, de nome Coinamá, tive ocasião de notar-lhe que me não parecia justo, que a aldeia carregasse com o sustento d'esses homens. Ele retorquiu-me que a paz de que gozavam as famílias, e que não gostariam a não serem aqueles indivíduos ou antes essa instituição, compensava de muito o trabalho que pesava sobre os outros sustentados [o segundo facto curioso ao qual se refere o autor é, supostamente, os Chambioás queimarem as mulheres adúlteras]. (MAGALHÃES, 1876)

A questão do preconceito, ou não, dos indígenas homossexuais (dentro e fora de suas aldeias) começa a aparecer em relatos mais recentes sobre o tema. Para Torrão Filho, por exemplo, entre os Tupinambá os homossexuais apenas eram alvo de discriminação quando não desempenhariam as obrigações masculinas de caçar e guerrear, mas nunca por suas preferências sexuais:

Havia mesmo homens passivos que mantinham cabanas próprias para receberem seus parceiros e muitos possuíam “tenda pública”, recebendo outros homens como se fossem prostitutas. Aqueles que eram ativos chegavam a vangloriar-se destas relações, considerando-as sinal de valor e valentia, embora o termo *tivira ou tibira* fosse, por vezes, utilizado como ofensa. Entre as mulheres, algumas adotavam os penteados e as atividades masculinas, indo com eles à guerra e à caça, além de casarem-se com outras mulheres, adquirindo toda espécie de

parentesco adotivo e obrigações assumidas pelos homens em seus casamentos; eram as chamadas çacoaimbeguira. (TORRÃO FILHO, 2000)

Também há registros sobre o controle missionário da homossexualidade indígena. Nesse sentido, ao menos dois trabalhos recentes realizados no Amazonas dão conta desse controle missionário sobre a sexualidade: um é o trabalho do padre salesiano Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, citado anteriormente; outro é o texto de Mota (2013) sobre os Kambeba, a qual afirma que “não há registro de homossexualismo na aldeia, o que não quer dizer que não ocorram relações homoeróticas entre os kambeba, mas essas questões são controladas pela influência religiosa da igreja católica”. Já Santos se refere a um castigo de trabalho forçado recebido por ele e mais três colegas (o autor é um índio Baniwa) terem dormido em um quarto, ao lado do dormitório. Segue o autor, “só mais tarde fomos entender a razão da fúria do padre. Ele estava suspeitando da prática de homossexualismo, que só na mente dele passava, uma vez que para os Baniwa viver coletivamente é regra básica.” (LUCIANO, 2011)

Mais recentemente, no X Seminário LGBT ocorrido em 14 de maio de 2013, no Congresso Nacional, Ysani Kalapalo mencionou como na sociedade Kalapalo, antes da colonização, o relacionamento entre mulheres era normal:

“O relacionamento entre elas mesmas, o relacionamento era normal, até que um dia um certo homem branco apareceu na nossa tribo e diz assim: índios, isso aí não é normal, isso é coisa do diabo... vocês homens tem que condenar essas mulheres... a mulher tem que obedecer o homem, porque o homem, segundo a bíblia (...) nasceu primeiro, e a mulher nasceu depois”.

É importante salientar que o manejo da sexualidade indígena opera também no âmbito das relações desses indivíduos com sua própria sociedade. No nordeste do Brasil vêm surgindo diversos trabalhos a partir dos quais essa perspectiva se evidencia. Destaco aqui o texto de Silva (2012) intitulado “Há lugar para a homossexualidade num regime de índio?”, a partir de trabalho realizado junto aos Pataxó.

O autor aponta o termo Mañay como a expressão na língua daqueles indígenas para designar homossexual, indicando ainda as formas a partir das quais o grupo negava



aos não-indígenas a existência de pessoas homossexuais em sua comunidade. O autor aponta como a homossexualidade entre aqueles índios é sistematicamente negada em um contexto interétnico, causando aos indígenas desconforto os eventuais questionamentos, por parte de não-índios, sobre a existência, ou não, de “índios gays”.

Em que pese o acúmulo de referências históricas e etnográficas sobre práticas homossexuais entre povos indígenas no Brasil desde, pelo menos, meados do século XVI, este estudo pretende compreender através de uma análise dos processos identitários a real construção homossexual.

### **Considerações Finais**

Com o surgimento de uma visão mais humanista, que teve seu advento na Itália, os valores referentes à sexualidade, cultivados na Grécia Antiga, foram novamente trazidos à tona por filósofos humanistas que passaram a defender o amor masculino. Nesta época, o que não se tolerava era o relacionamento entre dois homens com praticamente a mesma idade, pois acreditavam que a pessoa que ocupava o polo passivo perdia a sua masculinidade. Por outro lado, a postura homofóbica continuou a crescer. Já no século XVII, o capitalismo expandiu-se, conseqüentemente isso acarretou na competitividade entre os homens, o que acabou por tornar mais tímido qualquer contato entre eles. Dessa forma, o amor entre pessoas do mesmo sexo passou a incomodar o sistema capitalista, tendo em vista que os homossexuais não poderiam gerar descendentes, isto é, não teriam como gerar mais consumidores.

Durante o século XIX, o amor entre iguais deixou de ser visto como um pecado e passou a ser encarado como doença a ser tratada. Dito de outra forma, consideravam a Homoafetividade uma patologia. Nesse sentido, acreditavam que os homossexuais apresentavam propensão à depressão. Mas isso não é suficiente para afirmar que o amor entre iguais trata-se de uma patologia. É mais do que compreensível a tendência dos homossexuais sofrerem de depressão, pois muitas vezes, com receio de enfrentar a sociedade homofóbica, acabam retraindo seus sentimentos e desejos.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Na medida em que o Estado foi deixando de se submeter às regras da Igreja, cujo descumprimento acarretava na condenação divina, a sociedade aos poucos foi se tornando menos homofóbica. Na medida em que a Igreja perdia suas forças, o prazer deixou de ser encarado como um pecado. O afeto passou a ser valorizado e a orientação sexual passou a ser vista como uma “opção”, como um direito, e não como um crime.

A partir da segunda metade do século XX, com a chamada pós-modernidade, o machismo foi abrindo espaço para a valorização da família, onde cada um de seus membros passa a ser tratado com dignidade. Essa visão humanista evoluiu ao respeito às diferenças, aos diversos arranjos familiares que foram surgindo, resultando não apenas num Direito de Família, mas no Direito das Famílias. O período pós-moderno, no qual se vive, vem contestando posturas negativas em relação à homossexualidade. Ou seja, cada vez mais atitudes como agressão, a falta de respeito, o preconceito está sendo consideradas inaceitáveis. Aos poucos o movimento de liberação sexual começou a conquistar o seu espaço e sua voz, ouvida.

Vale lembrar que a expressão *gay* – que acabou se transformando no termo de identificação de homossexuais, femininos e masculinos – está relacionada ao colorido, ao “ser”, ao “descobrir-se ser”. Por essa razão que nos Estados Unidos utiliza-se a expressão “*to get out of the closet*”, que significa “saindo do armário”. A partir daí os homossexuais foram a “luta” pelo reconhecimento de seus direitos. Os valores e os costumes dominantes em cada sociedade são determinados pelo momento histórico em que as pessoas se encontram. Juntamente com os valores e costumes surgem as exclusões, que são precedidas por preconceitos. As pessoas costumam encarar o “diferente”, o “incomum” com certa desconfiança.

Nesse sentido, a relação heterossexual é considerada normal porque está historicamente associada à formação da família, isto é, pai, mãe e filhos. Ou seja, já está estabelecido o que é certo e o que se deve fazer, passando por cima, muitas vezes, da essência das pessoas, que não raramente sofrem em razão de seus desejos não estarem de acordo com a visão aceita pela sociedade.

Nesse diapasão, apesar das uniões homoafetivas não serem uma novidade, o que tem causado certa resistência social é a sua evidência, a sua visibilidade. As uniões entre



peçoas do mesmo sexo sempre existiram, entretanto, não eram trazidas à tona. Inclusive, em alguns povos antigos, a homossexualidade era valorizada. Hoje, de acordo com algumas sociedades conservadoras, a homossexualidade é considerada uma anomalia, e os homossexuais, indignos.

A discriminação que atinge a homossexualidade encontra-se na moralidade. As pessoas ignoram a busca pela identificação das raízes da homossexualidade, adotando posturas de recriminação e negação aos homossexuais por acharem que a relação de afeto entre pessoas do mesmo sexo é uma afronta à moralidade.

### Referências Bibliográficas

AMANTINO, Márcia. “**E eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas**”. DEL PRIORE, Mary e Márcia AMANTINO (Orgs). História do corpo no Brasil. S. Paulo, Unesp. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL, Kátia. “**Índios Gays São Alvo de Preconceito no Amazonas**”. Agência Folha, 27/07/2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u426640.shtml>, acesso em julho de 2012.

CANESE, Natalia K. de; ALCARAZ, Feliciano A. **Dicionário Guarani/Espanhol – Espanhol/Guarani**. Assunção: Instituto Superior de Línguas, Asunción, Universidad Nacional de Asunción. 2000.

D’EVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614 pelo padre Ivo D’evreux, religioso capuchinho, publicada conforme o exemplar único conservado na Biblioteca Imperial de Paris**. Maranhão: Typ. Do Frias, 1874.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. 1858.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade, sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. “**Gênero, violência e sofrimento**”. Antropologia em Primeira Mão, n. 6. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1995 (2ª versão: 1998).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. – 11. ed., 1 reimp. – Rio de Janeiro : DP&A, 2011.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. 2010.** Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 de setembro 2017.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro.** Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: PPGAS/UnB. 2011.

MAGALHÃES, Couto de. **“Parte II: Origens, costumes e região selvagem”.** **O Selvagem.** Rio de Janeiro: Typographia da Reforma. 1876.

MOTA, Dalva Suely Moraes. **Conhecimentos indígenas e educação em Ciências: a sexualidade Kambeba como elemento de preservação cultural.** Dissertação de mestrado em Educação em Ciências na Amazônia. UEA, 2013.

MOTT, Luiz. **“Escravidão e Homossexualidade”.** Em VAINFAS, Ronaldo (Org.) **História e Sexualidade no Brasil.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** – 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **“Há lugar para a homossexualidade num regime de índio?”.** Em: Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura- ABEH. Salvador, 2012.

SOUZA, Ivone Coelho de. Homossexualismo, uma instituição reconhecida em duas grandes civilizações. In: INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE DIREITO DE FAMÍLIA – IDEF. **Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas.** Curitiba: Juruá, 2001, p. 112.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Tríades galantes, fachonos militantes: homossexuais que fizeram história.** S. Paulo: Summus, 2000.

UNESCO. **Educação como exercício de diversidade.** – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade.** Da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivo. São Paulo: Método, 2008, p. 64.